

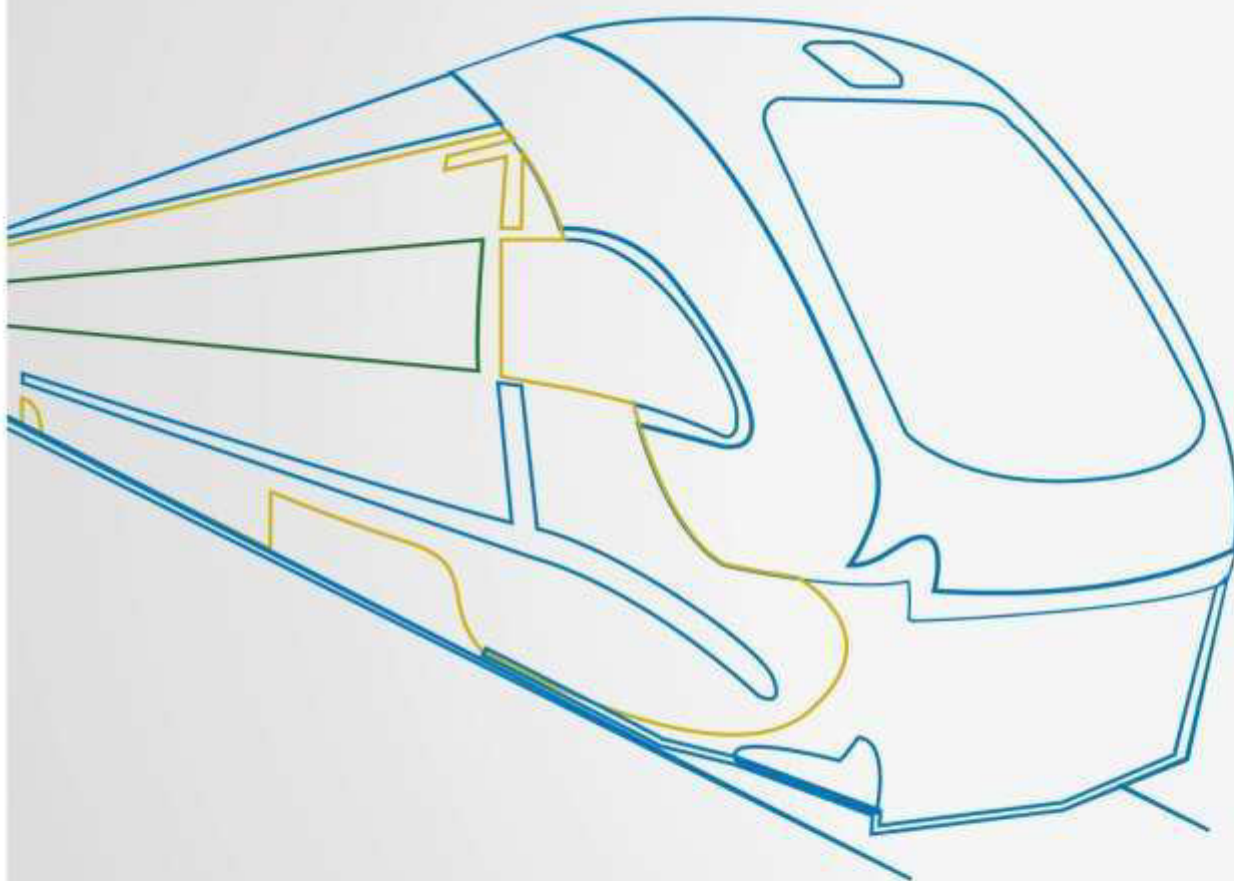
CONTRATO Nº 005/2025/DT

CBTU

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

**EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE
CONCRETO LTDA.**



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DIPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de Aquisição que entre si celebram, de um lado, a **COMPANHIA BRASI- LEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e, do outro, a **EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.**, na forma abaixo:

P R E Â M B U L O

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora Técnica **ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED] expedida pela CREA/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e a empresa **EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 07.002.612/0001-62, com sede na Rodovia BR 232, KM 190, Quadra A, Lote 1, S/Nº, Bloco 1, Distrito Industrial 2, Cidade Belo Jardim, Pernambuco, CEP: 55152-130, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por Giuseppe Marcelino Gori Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 10222297, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.076.716-93, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **Pregão Eletrônico SRP Nº 001-2024/GALIC/AC/CBTU**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de 44.259 Dormentes Monobloco de Concreto para Trilhos TR-57 novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 117090:2015, ABNT NBR 12787-1993, ABNT NBR 17033-2:2022, sendo 1.526 dormentes especiais para Obra de Arte Especial – OAE, em concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores, inclusive



os de contratrilho internos, e 42.733 dormentes de concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento – Anexo I.

Item	Descrição	Quantidade (un)
1	Dormente especial para obras d'arte em concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores, inclusive os de contratrilho internos, conforme especificação técnica	1.526
2	Dormente de Concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores conforme especificação técnica	42733

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação SRP nº 001-2024/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: <https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/regulamento-interno-de-licitacoes-e-contratos-rilc-cbtu.pdf>; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato.

2.2. O presente Contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:



2.5.1. Código de Ética:

<https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/codigo-de-etica-cbtu.pdf>

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

<https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/codigo-de-conduta-e-integridade-cbtu.pdf>

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

<https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas-cbtu.pdf>

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O prazo para início do fornecimento será de **300 (trezentos) dias corridos**, a partir da emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução – OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

3.1.1. Os dormentes serão entregues no local: área anexa ao estacionamento do Terminal Integrado de Passageiros do Recife, localizado no KM 1,5, BR 232, Av. Pref. Antônio Pereira, S/N - Várzea, Recife - PE, CEP: 50.740-540;

3.1.2. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta, exceto feriado, dentre os horários de 8h30min às 11h30min e 13h30min às 15h30min.

3.1.3. A **CONTRATADA** deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento e confirmação do local da entrega.

3.2. Será emitida uma Ordem de execução - OEX para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro de- corrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

3.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a



expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhes que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU** nas condições do **item 8 do Termo de Referência**:

5.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

5.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.3. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, nesse caso, às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada por meio de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.6. Conforme disciplinado nos arts. 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas,



posteriormente, garantindo-se a **CBTU** as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

6. CLÁUSULA SEXTA– VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 18.353.408,96 (dezoito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oito reais e noventa e seis centavos)** conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os materiais fornecidos.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, em moeda nacional, em até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da **CBTU**, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.2.1 Antes de cada pagamento à **CONTRATADA**, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no EDITAL.

7.2.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada uma comunicação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **CBTU**.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.



7.4.1 Caso incorra em alguma das seguintes condutas: I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; II – deixar de fornecer os materiais, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3, prevista para o exercício de **2025**, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: 15.453.231 9.00T3.0001

8.1.2. Elemento de Despesa: 445092

8.1.3. Plano Interno: MCID000PAC3

8.1.4. Categoria Econômica: Despesas de Capital



8.1.5. Nota de Empenho: 2025 NE 1315, data 28/07/2025

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. O preço registrado em Ata, em regra, será fixo e irrevogável durante toda sua validade, sem prejuízo do disposto no item 14 do Termo de Referência.

9.1.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **CBTU**, por intermédio da área demandante, convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.2.2. Quando a iniciativa de liberação do compromisso assumido em razão do aumento do preço de mercado partir do fornecedor, a **CBTU** poderá liberá-lo desde que a comunicação ocorra antes de eventual pedido de fornecimento, não havendo aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

9.2.3. Não havendo êxito nas negociações, a **CBTU** deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.3. As regras referentes ao reajuste e reequilíbrio dos contratos celebrados em decorrência da ata de registro de preços observarão as regras legais, regulamentares e contratuais próprias, devendo ser observado o disposto no Termo de Referência e no Edital.

9.4. A **CBTU** garantirá o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

9.5. A matriz de riscos – Anexo IV do Termo de Referência, estabelece os riscos e responsabilidades entre a **CBTU** e a contratada e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO MATERIAL

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:



10.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

10.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.

10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil



Brasileiro.

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

10.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e

10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.



10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

10.16. **GARANTIA DO MATERIAL**

10.16.1. Ao material objeto desse TR, Dormentes Monobloco de Concreto Protendido, deverá ser dada a garantia até 31 de dezembro do ano N + 5, sendo N o ano de fabricação, conforme o item 6.19 da EMVP 10 (<https://intranet.cbtu.gov.br/images/manutencao/emvp/emvp10.pdf>)

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do **Edital de Licitação**, do **Termo de Referência** e da **Proposta**, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU**

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do **Edital de licitação** e do



Termo de Referência, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.



13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRA- TADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Conforme item 12 do Termo de Referência, **será permitida a subcontratação apenas para os serviços acessórios**, tais como: carga, descarga, transporte, empilhamento, dentre outros.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a



confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem como a multa contratual de até 10 % (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.



20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela **CBTU**, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal



no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES



23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.2. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;**

23.2.1. Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.2.2. Correio Eletrônico: geace@cbtu.gov.br

23.2.3. Telefone: (61) 2107-8345

23.3. **EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA;**

23.3.1. Endereço: Rodovia BR 232, KM 190, Quadra A, Lote 1, S/Nº, Bloco 1, Distrito Industrial 2, Cidade Belo Jardim, Pernambuco, CEP: 55152-130

23.3.2. Correio Eletrônico: : cadastro@empac.com.br

23.3.3. Telefone: (32) 2028-3000

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 5 de julho de 2024;

24.1.3. ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2024/GALIC/AC/CBTU;

24.1.4. ANEXO IV - Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 001/2024/GALIC/AC/CBTU;

24.1.5. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: <https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/atos-normativos/regulamento-interno-de-licitacoes-e-contratos-rilc-cbtu.pdf>;

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.



26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.



28. 29. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO


30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, ³¹ de ~~Julho~~ de 2025.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**- Contratante -**

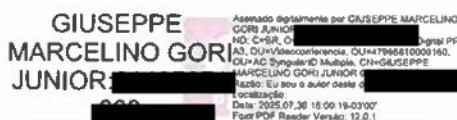
JOSE MARQUES DE LIMA: 
4

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

ADRIANA FONSECA LINS: 

Adriana Fonseca Lins
- Diretora Técnica -

EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA**- Contratada -**

GIUSEPPE MARCELINO GORI JUNIOR: 

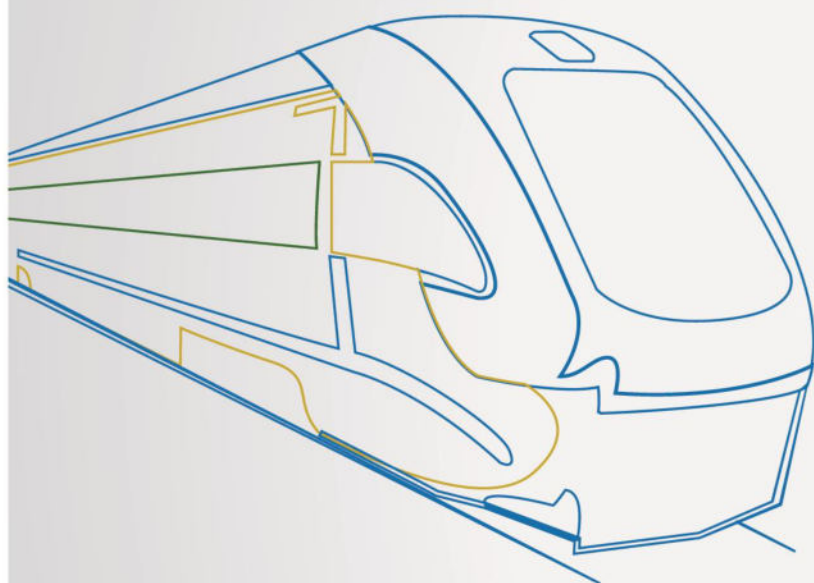
Giuseppe Marcelino Gori Júnior
- Diretor -

Testemunhas:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

TERMO DE REFERÊNCIA

(02-2024/GEENG/GAESP/DT)

**AQUISIÇÃO DE DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO PARA
TRILHO TR-57**

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS – GAESP

DIRETORIA TÉCNICA - DT





Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE	1
2.	DEFINIÇÃO DO OBJETO	1
3.	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	2
4.	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS	3
5.	ESTIMATIVA DE PREÇO	10
6.	RESPONSABILIDADES DAS PARTES.....	10
7.	CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO	14
8.	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	14
9.	CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA	15
10.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	16
11.	REGIME DE EXECUÇÃO.....	16
12.	CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO.....	17
13.	GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL	17
14.	CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	19
15.	PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA	19
16.	PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.....	19
17.	POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA	21
18.	INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO	21
19.	MATRIZ DE RISCOS	21
20.	CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	21
21.	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	22
22.	DISPOSIÇÕES GERAIS	22
23.	ANEXOS	23



TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A presente aquisição visa a substituição dos dormentes existentes, comprometidos por RAA (Reação Álcali-Agregado), nos trechos compreendidos entre as Estações de Recife e Cajueiro Seco (Linha Sul Elétrica) e entre as Estações Rodoviária e Camaragibe (Trecho também eletrificado da Linha Centro), numa extensão aproximada de linha, incluindo pátios e zonas de manobra, de 35.084 metros, situadas nos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe - PE, onde, em alguns casos, os dormentes já se encontram em um estágio avançado de deterioração.
- 1.2. Dormentes são elementos essenciais para sustentar os trilhos e transferir as cargas para o lastro, proporcionando estabilidade, alinhamento e nivelamento adequados.
- 1.3. A aquisição dos dormentes é absolutamente necessária para prover a manutenção adequada da via permanente, tornando possível as substituições necessárias. A falta destes dormentes impedirá as contratações de obras emergenciais da via, trazendo riscos de paralisação da circulação dos trens e gerando risco de acidentes aos usuários e servidores.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de **60.227 DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO** novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 117090:2015, ABNT NBR 12787-1993, ABNT NBR 17033-2:2022, sendo 2.394 dormentes de concreto especiais para Obras de Arte Especiais - OAE e o restante (57.833 unidades) dormentes de concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga.
- 2.2. O objeto destina-se aos sistemas de Trens Urbanos da STU-Recife da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, devendo a aquisição ser feita pelo Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 2.3. Conforme item 9 do Estudo Técnico Preliminar nº 001-2024/GEENG/GAESP/DT, e considerando a natureza da contratação pretendida, o objeto pode ser caracterizado como **BEM COMUM**, nos termos do art. 113 do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.
- 2.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme O Art 181 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – RILC da visto que esta contratação se enquadra nas seguintes hipóteses: I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; e III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma área ou Unidade Administrativa da CBTU. O prazo de validade da

Ata de Registro de Preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, nos termos do Art 189 do RILC.

2.5. O material objeto do presente TR segue descrito na tabela abaixo:

LOTE	ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO
1	1	2.394	UNID	Dormente especial para obras d'arte em concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores, inclusive os de contratrilho internos, conforme especificação técnica.
	2	57.833	UNID	Dormente de concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores conforme especificação técnica.

- 2.6. É recomendável que todas as empresas que participarem do processo licitatório realizem visita técnica aos locais destinados à estocagem dos dormentes em aquisição, a fim de examinar todas as particularidades e interferências existentes para a execução da entrega e forma de armazenamento.
- 2.7. Os licitantes que participarem da visita técnica ao local de execução dos serviços, objeto desta licitação, receberão um atestado devidamente assinado pelo Gerente de Obras (GIOBR), o qual deverá fazer parte integrante do envelope nº 01 – Habilitação, no entanto a ausência desse atestado não implicará na inabilitação do licitante.
- 2.8. A proponente que não vier a participar da visita técnica, já que é compreendido como um direito subjetivo da empresa licitante e não como uma obrigação imposta pela Administração, deverá apresentar a “Declaração que tem pleno conhecimento das condições locais onde serão realizados os trabalhos objeto da licitação”.
- 2.9. Desta forma, a CBTU não admitirá futuros pleitos sob alegação de falta de conhecimento de parte do escopo a ser executado.
- 2.10. A visita técnica deverá acontecer até o 5º dia útil anterior à data da licitação, devendo ser agendada na CBTU-STU/REC-Gerência Regional de Obras no horário das 08:00h às 17:00h, através do telefone (81) 3972-8896 com os funcionários **Euclides Coelho, Igor Melo e Sérgio Sobrinho**. Faz-se necessário que o técnico responsável pela empresa interessada em participar da licitação compareça munido dos EPI'S. O atestado da Visita Técnica, caso seja apresentado pela proponente, deverá estar assinado por um dos colaboradores da CBTU acima referenciados.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente aquisição visa a substituição dos dormentes existentes, comprometidos por RAA (Reação Álcali-Agregado), nos trechos compreendidos entre as Estações de Recife e Cajueiro Seco (Linha Sul Elétrica) e entre as Estações Rodoviária e Camaragibe (Trecho também eletrificado da Linha Centro), numa extensão aproximada de linha, incluindo pátios e zonas de manobra, de 35.084 metros, situadas nos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe - PE, onde, em alguns casos, os dormentes já se encontram em um estágio avançado de deterioração.



- 3.2. Os dormentes de concreto sofrem com desgastes naturais ao longo da sua vida útil causados por fadiga, esforços, intempéries. No caso dos dormentes objeto desse TR, o desgaste prematuro deve-se ao comprometimento por RAA (Reação Álcali-Agregado), conforme citado.
- 3.3. Manter o material objeto deste TR - Dormentes Monobloco de Concreto Protendido disponíveis para utilização, ou seja, estar com eles comprados e entregues, é fator crucial para a contratação das obras de recuperação, visto que o processo de aquisição deste material demanda um período de tempo considerável. Adquirir Dormentes Monobloco de Concreto após a contratação de obras na via poderá gerar atrasos e paralizações indesejáveis.
- 3.4. Permanentemente, continuam sendo executadas ações que permitem manter o sistema em funcionamento com o mínimo de segurança, sem, contudo, atender plenamente à prática de ações importantes e necessárias para a plena recuperação dos sistemas.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E NORMAS APLICÁVEIS

Indicaremos a seguir as Especificações e Instruções de Serviços que deverão nortear a elaboração de orçamento para o fornecimento do material objeto deste TR, de forma a uniformizar as propostas apresentadas, permitindo, desta forma, uma análise mais criteriosa das mesmas.

- 4.1. Dormente de Concreto Protendido com as seguintes características:
 - 4.1.1. Bitola 1.600 mm;
 - 4.1.2. Raio mínimo: 300m;
 - 4.1.3. Rampa máxima: 2%;
 - 4.1.4. Superelevação máxima: 160mm;
 - 4.1.5. Velocidade máxima por eixo: 80 Km/h tanto em tangentes como em curvas de raio igual ou superior a 300 m;
 - 4.1.6. Carga Máxima por eixo: A carga máxima por eixo deverá estar em conformidade com a NBR 11.709 de 2015, devendo ser considerada para o caso específico desta contratação, a carga de 20 ton por eixo. A carga sobre dormente será estabelecida segundo a distribuição de carga constante no gráfico apresentado no manual da AREA, fig. 1.1.2.3.1, considerando o espaçamento dos dormentes citado abaixo:
 - 4.1.7. Espaçamento dos dormentes: Espaçamento adotado de 600 mm entre eixos dos dormentes, correspondendo a uma taxa de 1.667 unidades/Km;
 - 4.1.8. Comprimento do dormente: O comprimento do dormente deverá estar entre 2.600 mm e 2.800 mm;
 - 4.1.9. Largura do dormente - Na região de socaria, base inferior, o dormente deve ter largura máxima de 300 mm. Na sede do trilho, o dormente, deve ter largura mínima de 160 mm;
 - 4.1.10. Altura do dormente - A altura do dormente, na sede do trilho, deverá ter no máximo 254 mm;



- 4.1.11. Peso Máximo do dormente: O peso máximo do dormente, excluindo-se as fixações, deverá ser de 385 Kg;
- 4.1.12. Taxa de compressão máxima admissível no lastro: 0,46 Mpa;
- 4.1.13. Lastro: Nos terraplenos, o lastro será de pedra britada com espessura mínima de 250 mm abaixo dos dormentes, sob os trilhos. Nas obras de arte especiais, haverá uma camada de lastro com espessura mínima de 300 mm abaixo dos dormentes, sob os trilhos;
- 4.1.14. Trilhos: O trilho a ser utilizado será o TR-57 padrão ABNT, longo soldado;
- 4.1.15. Inclinação dos trilhos: O trilho assentado sobre seu apoio deverá apresentar uma inclinação para dentro da via, na razão de 1:40;
- 4.1.16. Chumbadoras ou ombreiras para receber a fixação elástica Pandrol, e-2009;
- 4.1.17. Fator de Impacto: 200%, correspondendo, portanto, a um coeficiente de impacto igual a 3,0;
- 4.1.18. Os dormentes terão prazo de garantia de 5 anos a partir da entrega nos depósitos da CBTU.
- 4.2. Características dos dormentes:
 - 4.2.1. A base do dormente deverá ser plana, com suficiente aspereza e/ou ranhuras que garantam bom atrito no lastro. As ranhuras deverão ser executadas durante a moldagem;
 - 4.2.2. Todos os materiais utilizados na fabricação dos dormentes de concreto deverão estar em conformidade com as normas brasileiras ABNT NBR pertinentes. Se não existirem normas brasileiras apropriadas, deverão ser utilizadas normas de outros organismos de normalização internacionais de reconhecida credibilidade. Materiais que não estejam especificados na Norma Brasileira devem ser utilizados apenas com a concordância da CBTU, exceto naquilo em que a presente Especificação for mais restrita;
 - 4.2.3. Os materiais empregados na fabricação dos dormentes deverão atender a NBR 11.709:2015 da ABNT;
 - 4.2.4. As formas a serem utilizadas na fabricação dos dormentes, serão de aço, e deverão garantir as dimensões do projeto, com as tolerâncias especificadas no presente documento;
 - 4.2.5. O cobrimento mínimo da armadura deverá atender à NBR 6.118 de 2023;
 - 4.2.6. Para armação longitudinal serão empregados fios ou cordoalhas, com distribuição simétrica em relação ao plano vertical de simetria longitudinal do dormente. Será exigido o emprego mínimo de 4 fios, os quais deverão ficar o mais próximo possível da periferia do dormente;
 - 4.2.7. A protensão será transferida por meio de fios lisos ou barras lisas ancorados na testeira do dormente, ou por cordoalha aderente, a critério do Fabricante. Não será permitida a protensão sem aderência;
 - 4.2.8. No caso de protensão com aderência imediata, sem ancoragens nas testeiras do dormente, ou seja, no caso em que a ancoragem dos fios, barras ou cordoalhas seja realizada por aderência, só serão aceitos elementos tensores constituídos por cordoalhas, fios endentados



ou barras com saliências. Não será, portanto, permitido o uso de fios lisos ou barras lisas nestes casos;

4.2.9. O emprego de armação transversal é opção do Fabricante, desde que não dificulte o embutimento da ancoragem das fixações dos trilhos no dormente de concreto;

4.2.10. As extremidades das cavidades deixadas nas testeiras dos dormentes de concreto, devido ao processo de fabricação, serão protegidas com cobertura de argamassa de areia e cimento de boa qualidade (de no mínimo $f_{ck28} = 30$ MPa) e a seguir impermeabilizadas, com procedimento previamente aprovado pela fiscalização da CBTU;

4.2.11. As extremidades das cordoalhas ou fios nas testeiras dos dormentes de concreto serão protegidas com material anticorrosivo, cujo procedimento e materiais empregados nesta operação somente serão permitidos com prévia aprovação expressa da CBTU.

4.3. Características do concreto e de seus materiais:

4.3.1. A mistura do concreto será procedida em uma central de concreto que possua controle automático de pesagem dos materiais componentes;

4.3.2. O manuseio do concreto fresco será feito mecanicamente e em volume compatível com o número inteiro de formas;

4.3.3. Será vedada a moldagem de dormentes de concreto proveniente de duas partidas diferentes, embora de mesmo traço;

4.3.4. Quando na moldagem do dormente em leito contínuo houver um período de interrupção, este jamais poderá ser superior ao de pega do concreto empregado. Havendo interrupção superior ao de pega do concreto, os dormentes serão automaticamente refugados na própria linha de concretagem.

4.4. Resistência à compressão:

4.4.1. O concreto deverá apresentar uma resistência característica, de acordo com a NBR 6.118 de 2023, à compressão a 28 dias de 45 MPa, obtida em corpos de prova cilíndricos.

4.5. Resistência à Tração na Flexão:

4.5.1. Os valores mínimos da resistência a tração do concreto tanto aos 28 dias como em idades inferiores, bem como das resistências a compressão para idades inferiores a 28 dias devem ser estabelecidos no processo de dimensionamento e projeto dos dormentes, conforme a NBR 11.709:2015, necessários para o atendimento dos requisitos de desempenho estabelecidos na referida norma, ficando esses valores adotados, sob a responsabilidade do fornecedor.

4.5.2. A resistência característica de acordo com a NBR 6.118 de 2014, do concreto à tração na flexão será no mínimo de 5 MPa aos 7 dias, obtidos em corpos de prova prismáticos de 150mm x 150mm x 700mm, com preparação e carregamento de acordo com o DIN 1048 item 4.3.

4.6. Resistência do concreto na transferência da protensão:



- 4.6.1. O concreto do dormente monobloco deverá apresentar uma resistência característica à compressão, no instante da transferência, adequada aos esforços iniciais de protensão. Este valor deverá ser fixado previamente pelo Fabricante.

4.7. Materiais:

- 4.7.1. Os materiais necessários à produção do concreto deverão possuir as características mínimas enumeradas a seguir, que serão comprovadas através de ensaios executados pelo Fabricante, de acordo com métodos da ABNT, durante a produção em série e pela CBTU sempre que, a seu critério, julgar conveniente.

4.7.2. Cimento:

- 4.7.2.1. Na elaboração do concreto destinado à produção de dormente de concreto, podem ser utilizados cimentos Portland dos tipos indicados na Tabela 3, do subitem 9.1.2 da NBR- 11709:2015.

- 4.7.2.2. Compete ao fabricante do dormente demonstrar que o cimento utilizado na produção do dormente atende às exigências das normas brasileiras citadas na tabela acima referenciada. Em princípio, o Certificado de Qualidade emitido pelo fabricante do cimento pode ser considerado como prova do atendimento dessas exigências pelo(s) lote(s) ao(s) qual(is) o Certificado se aplica. Se surgirem dúvidas quanto à qualidade do cimento, a CBTU pode fazer submetê-lo a novo controle.

- 4.7.2.3. Para se evitar o risco de reatividade álcali-agregados, observar e seguir a ABNT NBR 15577:2018, partes de 1 a 7.

Nota: Cada tipo de cimento apresenta uma determinada curva de crescimento da resistência à compressão. Essa curva deve ser obtida junto ao fabricante do cimento e considerada no estudo de dosagem do concreto.

- 4.7.2.4. Fica vetado o emprego de cimento empedrado e cimento armazenado a granel por mais de 1 (um) mês.

4.8. Agregado Miúdo:

- 4.8.1. Será utilizada areia natural, quartzosa, ou artificial resultante do britamento de rochas estáveis, com grãos de diâmetro máximo menor ou igual a 4,8 mm e com uma quantidade de material pulverulento passando na peneira nº 200, inferior a 3%. As demais características obedecerão às NBR 6.118 de 2014 e NBR 7.211 de 2019 da ABNT.

4.9. Agregado Graúdo:

- 4.9.1. Será de pedra britada, oriunda de rochas sãs e estáveis, com diâmetro compreendido entre 4,8 e 25 mm, com abrasão “Los Angeles” inferior a 40%. As demais características obedecerão às NBR 7.211:2019 e NBR 6.118 de 2014 da ABNT.

- 4.9.2. Para sua utilização, deve apresentar-se isento de qualquer substância deletéria e não ser reativo com os álcalis do cimento.



4.10. Aditivos para Concreto:

4.10.1. Observar o item 9.1.5. da NBR 11.709:2015.

4.11. Água:

4.11.1. Observar o item 9.1.4. da NBR 11.709:2015.

4.12. Cura do Concreto:

4.12.1. Para a cura convencional do concreto deverá ser observado o que dispõe a NBR 6.118:2023 e a NM 137:97.

4.13. Armaduras:

4.13.1. Os fios de aço para protensão serão de alta resistência e estabilizados para garantir uma relaxação baixa (RB) e possuir as características mínimas correspondentes à categoria CP-150 ou CP-175 RB estabelecidas na NBR 7.482:2020 da ABNT.

4.13.2. As cordoalhas de aço para protensão de alta resistência e estabilizadas, constituídas por 7 (sete) fios, para garantirem uma relaxação baixa (RB) e possuírem características mínimas, correspondentes à categoria CP-190 RB estabelecida na NBR 7.483:2021 da ABNT.

4.13.3. Os fios ou cordoalhas deverão estar isentos de qualquer substância gordurosa por ocasião de seu uso.

4.14. Sistema de Transferência da Protensão:

4.14.1. Quando a transferência da protensão não for procedida por aderência da cordoalha ao concreto, o conjunto das ancoragens nas extremidades dos dormentes deverá possuir resistência suficiente para absorver sem transmitir deformações prejudiciais aos mesmos pelos esforços inerentes ao processo de fabricação.

4.14.2. A protensão será aferida através de dinamômetro próprio. Esta medição será executada pelo menos duas vezes por turno. Entende-se como turno, uma jornada de trabalho com um número de horas acertadas entre as partes interessadas

4.15. Características de acabamento dos Dormentes:

4.15.1. Identificação

4.15.1.1. Os dormentes serão fornecidos com marcação indelével, produzida durante a moldagem, na face superior do mesmo. Essa marcação conterá, no mínimo:

- Identificação do Fabricante (símbolo ou logotipo da firma) e modelo do dormente;
- Logotipo da CBTU;
- Mês e ano de fabricação (para identificação do lote);
- Perfil do trilho;
- Carga por eixo



4.15.2. Controle Dimensional da Forma:

- 4.15.2.1. O controle dimensional da forma será realizado no ato de sua aferição antes de entrar no uso seriado.
- 4.15.2.2. Além das dimensões a seguir descritas, deverão ser observadas as demais características dimensionais da forma:
 - Comprimento: + 6 mm e - 6 mm;
 - Largura, em qualquer ponto: + 3 mm e - 3 mm;
 - Altura em qualquer ponto: +6 mm e – 3 mm;
 - Verificação do centro do dormente em relação ao eixo da via. A tolerância será de 12 mm.

4.15.3. Acabamento Superficial:

- 4.15.3.1. A superfície de apoio do trilho será plana e lisa, permitindo-se irregularidades de até 1mm. Estas poderão ser esmerilhadas, após a desmoldagem, no sentido de removê-las.
- 4.15.3.2. A presença de pequenos vazios não deverá ser causa de rejeição. Grande quantidade desses vazios ou a evidência de retoques, adensamento ou cura inadequados, aí sim servirão de causa para rejeição, a critério da CBTU.
- 4.15.3.3. Será vedado o retoque, sempre que a armadura de protensão ficar visível, independentemente do motivo, sendo então o dormente de concreto refugado.
- 4.15.3.4. Poderá ocorrer ocasionalmente quebra de quinas nas sedes dos trilhos no decorrer da operação de desmoldagem. Isto não deverá servir de causa para rejeição, a menos que esteja na parte da sede sobre a qual se apoie o elemento de fixação.

4.16. A Contratada deverá observar integralmente as Especificações de Serviços Via Permanente – **EMVP/10** da CBTU, obtida através do link:

<https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/manutencao-metroferroviaria/especificacaomaterial>

- 4.17. Observar as recomendações do Guia do LCPC (da França) e do Guia LNEC E 461 (de Portugal) referentes à patologia denominada Formação da Etringita Tardia (DEF – Delayed Etringite Formation);
- 4.18. Deverão ser atendidas as Normas Regulamentadoras de Segurança – NR – em vigor no Brasil, além das relativas ao Meio Ambiente concernentes ao objeto pretendido, quais sejam:
 - Resolução CONAMA nº 307/2002
 - Resolução CONAMA nº 448/2012
 - ISO 14001:2015
 - Lei Federal nº 6.938/81
 - Lei Federal nº 9.605/98



- 4.19. Deverão ser observadas a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratações - RILC-CBTU.
- 4.20. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), exigências, Especificações e Instruções de Serviços explicitadas neste Termo de Referência.
- 4.21. Nos assuntos não abordados na ABNT NBR deverão ser usadas como subsídio as seguintes normas:
- AREA - American Railway Engineering Association;
 - UIC - Union International des Chemins de fer;
 - ASTM - American Society for Testing and materials;
 - DIN - Deutsche Industrie Normen;
 - ACI - American Concrete institute.
- 4.22. Em caso de divergência entre as normas acima citadas, prevalecerão as da AREA.
- 4.23. Sobre as unidades:
- 4.23.1. As unidades usadas nesta especificação são as do Sistema Internacional de Unidades.
- 4.23.2. O Fabricante deverá fornecer dormentes adequados à moderna tecnologia e com desempenho consagrado em outras instalações com características operacionais semelhantes.
- 4.24. Sobre o projeto:
- 4.24.1. Ficará a cargo do fabricante a elaboração do projeto como um todo, incluindo a apresentação da memória detalhada dos cálculos, resultados de ensaios e dos desenhos necessários.
- 4.24.2. De conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei nº 13.303/16, os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas passam a ser propriedade da empresa pública ou sociedade de economia mista que os tenha contratado, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.
- 4.24.3. Testes nos dormentes:
- Teste de Momento Positivo no apoio do trilho;
 - Teste de Momento Negativo no apoio do trilho;
 - Teste de Momento Positivo no centro do dormente;
 - Teste de Momento Negativo no centro do dormente;
 - Teste Dinâmico no apoio do trilho;
 - Teste de aderência e Carga Final dos elementos de Protensão;
 - Teste de Encaixes das Fixações;



- Teste de Suspensão de Fixações;
- Teste Dinâmico das Fixações;
- Teste de Retenção Longitudinal da Fixação;
- Teste de Retenção Lateral da Fixação;
- Teste de Impedância Elétrica;
- Teste de dormente sob ação de Carga de Impacto;
- Teste de Resistência do Concreto a Abrasão;
- Ensaio de reatividade álcali/agregado, análise petrográfica para verificação da potencialidade reativa de agregados em presença de álcalis do concreto segundo a NBR 15.577-3:2018.

4.24.3.1. Para os testes acima, serão necessárias 10 amostras escolhidas aleatoriamente num lote mínimo de 20 unidades pela fiscalização da CBTU e numeradas sequencialmente. A cada descrição de teste, será indicado por seu número o dormente a ser utilizado. Também deverão ser marcados com A e B os apoios dos trilhos.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO

5.1. A planilha de preços estimados foi elaborada utilizando valores SICRO JANEIRO/24 respeitando as regras de sigilo do orçamento prevista nos artigos 83 e 84 também do RILC.

SICRO JANEIRO/24 - PERNAMBUCO		UN	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
3009004-ADAPT	Dormente de concreto monobloco protendido bitola larga para contratrilho - confecção	un	474,94	2.394	1.137.006,36
3009004	Dormente de concreto monobloco protendido bitola larga – confecção	un	412,96	57.833	23.882.715,68
TOTAL				60.227	25.019.722,04

6. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.1. Nenhuma alteração poderá ser feita pela CONTRATADA aos termos e unidades adotadas neste documento, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações sobre o fornecimento e os serviços de transporte, carga e descarga dos materiais, empilhagem, como também as condições existentes nos locais de entrega.



- 6.1.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto.
- 6.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste TR e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia.
- 6.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016).
- 6.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 6.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade.
- 6.1.7. Manter, durante o fornecimento do objeto e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 6.1.8. Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação do objeto do Instrumento Contratual.
- 6.1.9. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE concernentes ao fornecimento e execução do objeto.
- 6.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações relacionadas direta ou indiretamente ao fornecimento contratado e ao exercício de suas atividades nas jurisdições em que os mesmos acontecem.
- 6.1.11. Todas as despesas de Contrato, Seguros (inclusive de variação cambial, se for o caso), Leis Sociais, INSS, e outras que incidirem sobre o fornecimento, equipamentos e pessoal, serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 6.1.12. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a indenização de quaisquer acidentes de trabalho resultante de execução dos serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva dos mesmos, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.
- 6.1.13. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.



- 6.1.14.A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- 6.1.15.Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU.
- 6.1.16.Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia dos mesmos ao Gestor do Contrato:
- Código de Ética:
<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
 - Código de Conduta e Integridade:
[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo de conduta e integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo%20de%20conduta%20e%20integridade.pdf);
 - Política de Transações com Partes Relacionadas:
[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica de transacoes com partes relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica%20de%20transacoes%20com%20partes%20relacionadas.pdf).
- 6.1.17.Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.
- 6.1.18.A contratada deverá observar os itens referentes às obrigações da contratada que consta no Edital.
- 6.1.19. O licitante deverá apresentar também a Licença Ambiental de Operação – LO da fabricante dos dormentes, em plena vigência, da usina de beneficiamento de concreto expedida pelo órgão ambiental competente no estado em que possui sede e de todas as suas filiais, de acordo com a legislação ambiental vigente.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.2.1. Exercer ampla fiscalização durante o fornecimento, devendo a mesma ou qualquer preposto por ela autorizado ter acesso às instalações da CONTRATADA a qualquer tempo.
- 6.2.2. Fiscalizar a execução do contrato de acordo com o especificado e notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na fabricação, transporte e entrega do material.
- 6.2.3. Promover através de seu representante (FISCAL-CBTU e GESTOR-CBTU) o acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 6.2.4. Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 6.2.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados, e/ou corrigidos.



- 6.2.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto desta contratação em até 30 dias, conforme abaixo:
- 6.2.6.1. As faturas para pagamento serão emitidas após ateste dos fornecimentos do objeto deste contrato, pelo Fiscal do Contrato.
 - 6.2.6.2. As Notas Fiscais / Faturas relativas ao fornecimento dos objetos deverão ser entregues pela CONTRATADA, devidamente atestadas pelo Gestor, e serão pagas pela CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias da data de recebimento, podendo esse prazo ser interrompido, sempre que a CONTRATANTE solicitar, por escrito, quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA referente ao valor dos serviços.
 - 6.2.6.3. As Notas Fiscais/faturas deverão vir acompanhadas da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e a Certidão da Receita Federal.
 - 6.2.6.4. O pagamento das etapas de medição será realizado em até 30 dias, após a apresentação pela empresa dos documentos solicitados pela CBTU, desde que estes documentos estejam totalmente regulares, de acordo com as regras deste Termo de Referência, e de seus anexos.
 - 6.2.6.5. Qualquer não regularidade encontrada pela CBTU reinicia o prazo de pagamento, quando da regularização da (s) pendência (s) pela CONTRATADA.
- 6.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
- 6.2.8. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
- 6.2.9. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. As sanções administrativas aplicadas após regular processo administrativo, em decorrência de atos praticados durante a fase externa da licitação ou na execução do contrato, estão previstas no Edital e no Instrumento Contratual, observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares.
- 6.2.10. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação.
- 6.2.11. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.
- 6.2.12. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



7. CRONOGRAMA FÍSICO DE FORNECIMENTO

7.1. O cronograma físico de fornecimento relativos a esta contratação consta no ANEXO II do presente TR.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A carga, transporte, descarga e a ESTOCAGEM, inclusive empilhamento, deverão ser feitos conforme desenho (ANEXO IV) dos dormentes nos locais indicados pela CBTU são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.2. A empresa contratada terá um prazo de 300 (trezentos) dias corridos para entrega total do material nos pontos de estocagens, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução do material correspondente, emitida pela CBTU.
- 8.3. Toda e qualquer movimentação dos dormentes de concreto será feita por processos que garantam a sua indeformabilidade.
- 8.4. Serão de responsabilidade da CONTRATADA a movimentação e o manuseio dos dormentes nas instalações da fábrica.
- 8.5. Esta movimentação não deve permitir danos aos dormentes tais como: golpes, quedas e impactos.
- 8.6. As estocagens ou carregamentos em veículos de transporte serão feitos por meio de ponte rolante quando dentro do galpão ou por empilhadeiras quando em pátio externo.
- 8.7. Os dormentes de concreto devem ser transportados em vagões abertos ou em carretas.
- 8.8. O carregamento e o descarregamento poderão ainda ser feitos por meio de guindastes instalados em veículos de transporte.
- 8.9. Qualquer que seja o meio empregado no manuseio do dormente de concreto, cuidados especiais deverão ser tomados para não haver danos.
- 8.10. Todo e qualquer empilhamento dos dormentes será feito com interposição de madeiras para evitar contatos entre camadas e possibilitar a resistência às camadas superiores. Os dormentes serão dispostos num mesmo sentido e com a face superior voltada sempre para cima.
- 8.11. A área para o empilhamento dos dormentes será limpa, drenada, compactada e capaz de resistir ao peso das pilhas sem sofrer recalques prejudiciais.
- 8.12. Toda pilha deverá ter fácil acesso e permitir manobras dos veículos de manuseio dos dormentes.
- 8.13. As pilhas conterão dormentes de um mesmo lote, devendo ser separadas de no mínimo de 600 mm. Cada lote deverá conter uma placa que o identifique facilmente.
- 8.14. Os dormentes curados serão estocados em pilhas cujas alturas dependerão do equipamento de manuseio e da capacidade de suporte do terreno, nunca ultrapassando quando do estoque nas áreas disponibilizadas pela CBTU, de 8 dormentes.



- 8.15. Os dormentes somente serão embarcados para fornecimento com idade superior a 30 dias e após aprovação da Fiscalização. Anteriormente a esse prazo somente quando autorizado pela CBTU, tendo em vista a possibilidade de resistência mínima do concreto ter sido atingida por utilização de aditivos aceleradores de pega, e/ou cura acelerada por vapor.
- 8.16. Na ocorrência de danos no material, este pode ser recusado pelo responsável pelo recebimento, lavrando no ato um Termo de Não Recebimento de Material, onde será discriminado a quantidade e o motivo do não aceite.
- 8.17. A aceitação final somente será concretizada após todos os reparos e correções necessárias exigidas pela fiscalização, e mediante a emissão pela CBTU dos Termos de Recebimento Definitivo. Não haverá recebimento provisório ou parcial.
- 8.18. Serão medidos e pagos os quantitativos previamente aprovados, fornecidos e entregues nos locais indicados pela Fiscalização em cada uma das cidades descritas neste Termo, após a atestação da qualidade e estado dos dormentes entregues, e emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo da remessa.
- 8.19. Local de entrega: Os DORMENTES DE CONCRETO PROTENDIDO deverão ser entregues nos locais determinados pela Ordem de Execução emitida pela CBTU. Os endereços de entrega estão discriminados na tabela abaixo.

UNIDADE	QUANTIDADE (UN)
Pátio da Estação Recife	6.000
Pátio da Estação Cajueiro Seco	11.000
Área anexa ao estacionamento do Terminal Integrado de Passageiros	15.100
Outras áreas a serem definidas no município de Recife e entornos.	28.127

- 8.20. Horário para recebimento do objeto: A entrega poderá ser feita no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, para todas as localidades. **A CONTRATADA deverá fazer contato prévio com a gestão do contrato, com até 48 horas de antecedência, para agendamento da entrega.**

9. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 9.1. O critério de escolha da proposta vencedora será o de MAIOR DESCONTO, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.
- 9.2. No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de quaisquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.



9.3. A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) Nome da empresa (Razão Social);
- b) Endereço;
- c) CNPJ;
- d) Telefone e/ou e-mail;
- e) Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- f) Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal atestada pelo fiscal;
- g) Forma de envio (CIF);
- h) Prazo de execução conforme o cronograma;
- i) Prazo de garantia;
- j) Impostos inclusos;
- k) Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;

9.4. A forma de envio dos DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO PROTENDIDO deverá ser CIF (Cost, Insurance and Freight), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos até a entrega na Superintendência.

9.5. Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e ser firmes e irrevogáveis, e deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.

9.6. O PROPONENTE que não esteja localizado no Estado de Pernambuco deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. O licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em papel timbrado, assinado(s) por responsável em nível equivalente a Superintendente ou Diretor ou ocupante de cargo com poderes de administração (gerente, chefe de departamento, divisão), emitido(s) em nome da empresa proponente, por empresa pública ou privada, que comprove(m) aptidão para o fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

10.2. Obrigatoriamente o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar, individualmente ou em conjunto, o fornecimento de DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO PROTENDIDO para utilização em sistemas metroferroviários, em quantidade igual ou superior a 25% do total presente neste Termo de Referência.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O regime de contratação será de empreitada por preço unitário.



12. CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório por se tratar de um fornecimento de bens.
- 12.2. Será admitida a subcontratação para serviços acessórios, tais como: carga, descarga, transporte, empilhamento.
- 12.3. Não será admitida a formação de consórcio por se tratar de objeto específico e apenas para fornecimento.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DO MATERIAL

- 13.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:
 - 13.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.
 - 13.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;
 - 13.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.
- 13.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
- 13.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.
- 13.4. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 13.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 13.4.2. Prejuízos causados a administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 13.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.
 - 13.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 13.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 13.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual,



quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

- 13.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 13.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 13.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 13.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 13.11. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 13.12. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 13.13. Será considerada extinta a garantia:
 - 13.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;
 - 13.13.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
 - 13.13.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 13.14. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 13.14.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 13.14.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 13.14.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 13.14.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 13.15. Caberá a própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.



13.16. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

13.17. Garantia do material:

13.17.1. Ao material objeto desse TR, Dormentes Monobloco de Concreto Protendido, deverá ser dada a garantia até 31 de dezembro do ano N + 5, sendo N o ano de fabricação, conforme o item 6.19 da EMVP 10.

14. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

14.1. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:

$R = P_0 [(I - I_0) / I_0]$ sendo:

R= Valor do reajuste procurado;

P₀ = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I₀ = Índice de Preços do Produtor Amplo – Indústria de Transformação Metalúrgica Básica – 1006823, publicado na revista Conjuntura Econômica da FGV, correspondente ao mês da data base.
Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

14.2. A Matriz de Riscos definida no Anexo III é parte integrante deste Termo de Referência e estabelece os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1. **Prazo de execução:** O material deverá ser fornecido no prazo de 300 dias contatos a partir do recebimento da Ordem de Execução.

15.2. **A vigência do contrato:** 12 meses, a partir da assinatura do contrato.

16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. **COMPETE AOS GESTORES:**

16.1.1. Responder pelo controle e acompanhamento, observando os aspectos físicos e financeiros, do fornecimento para o qual foi designado, reportando-se ao chefe do órgão estrutural no qual está lotado com vistas a receber a orientação técnica para seu adequado desempenho;

16.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;

16.1.3. Verificar previamente e comunicar ao contratado o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição do item;



- 16.1.4. Coordenar e orientar a atuação do Fiscal do Instrumento Contratual;
- 16.1.5. Coordenar a execução do fornecimento, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento Contratual;
- 16.1.6. Aprovar e encaminhar ao Centro de Gestão, os documentos de cobrança apresentados à CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências;
- 16.1.7. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, etc.) estão acompanhados dos comprovantes de recebimentos, atestados pelo Fiscal;
- 16.1.8. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de sua aplicação;
- 16.1.9. Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;
- 16.1.10. Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações de cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do Instrumento Contratual;
- 16.1.11. Formalizar à contratada a equipe técnica, própria ou de terceiros, que apoiará o Fiscal do Instrumento Contratual no exercício de suas atribuições;
- 16.1.12. Prover o Sistema de Informações Gerenciais de acordo com as instruções instituídas pela Diretoria pertinente;
- 16.1.13. Formalizar ao chefe do órgão estrutural ao qual está subordinado, ou ao qual o contratado está vinculado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do prazo de vencimento do Instrumento contratual, evidenciando a necessidade de aditamento do mesmo ou de deflagração de novo processo licitatório.

16.2. COMPETE AOS FISCAIS

- 16.2.1. Responder pela fiel execução do Instrumento Contratual, inclusive quanto a sua qualidade e exatidão, em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos fornecimentos;
- 16.2.2. Justificar, nos aspectos técnicos, ao órgão estrutural de sua lotação, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a posteriormente ao Gestor;
- 16.2.3. Prover o Sistema de Informações Gerenciais dos dados de realização física e demais informações de aspecto técnico, relativos ao andamento do Instrumento Contratual;
- 16.2.4. Analisar e submeter ao Gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- 16.2.5. Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela contratada.
- 16.2.6. A Fiscalização da CBTU reserva-se o direito de pedir o afastamento imediato de qualquer componente da equipe da Contratada que, em sua opinião, esteja prejudicando o bom andamento dos serviços.



17. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

17.1 Pela natureza da aquisição, não será permitida a participação de sociedade cooperativa.

18. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Considerando que não há demanda por parte da administração pública que justifique a possibilidade de aceitação da participação de outros órgãos no lançamento da Intenção de Registro de Preços (IRP) bem como a possibilidade de adesão posterior ao Sistema de Registro de Preços (SRP) e a respectiva ATA oriunda deste Processo, não será permitida ao Processo Licitatório a aquisição através do Sistema de Registro de Preços (SRP). A ausência de demanda dá-se em razão da especificidade técnica do material. O Dormente Monobloco de Concreto Protendido será projetado para atender às especificações da via permanente do Metrô de Recife.

19. MATRIZ DE RISCOS

- 19.1. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da Contratante e da Contratada na execução do contrato.
- 19.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo III.
- 19.3. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
- 19.4. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da Contratada;
- 19.5. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da Contratada.

20. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 20.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade, conforme abaixo:
- Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, incluindo ações de redução, reutilização, reciclagem e destinação final adequada desses resíduos.
 - Resolução CONAMA nº 448/2012 - Dispõe sobre critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos rodoviários, ferroviários, hidroviários, portuários e aeroviários, incluindo obras de infraestrutura e construção civil associadas a esses empreendimentos.
 - ISO 14001:2015 - Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso - Embora não seja uma norma específica para concreto, a ISO 14001 estabelece requisitos para a



implementação de um sistema de gestão ambiental, ajudando as organizações a identificar e controlar seus impactos ambientais, incluindo aqueles associados à produção de concreto.

- Lei Federal nº 6.938/81 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabelece princípios e diretrizes para o uso racional dos recursos naturais, a preservação e a recuperação da qualidade ambiental, entre outros aspectos.
- Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais. Esta lei define crimes ambientais e suas penalidades, incluindo danos a áreas de preservação permanente, desmatamento ilegal, poluição hídrica, entre outros.

20.2. Deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/APP, em plena vigência, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, alterada pela Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 27/01/2022.

20.3. Durante a entrega no almoxarifado da CBTU, a CONTRATADA deverá seguir as recomendações do Comitê de Sustentabilidade da unidade designada para recebimento do material.

21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Considerando o Art. 183 do Regulamento Interno de Licitação, Contratação Direta, Contratos e Convênios da CBTU — RILC CBTU, conforme abaixo:

“Art. 183. Na licitação para registro de preço não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

22.2. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.

22.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.

22.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes, o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.

22.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.




- 22.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 22.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.


23. ANEXOS

ANEXO I.	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO II.	CRONOGRAMA FÍSICO DO FORNECIMENTO;
ANEXO III.	SICRO JANEIRO/24
ANEXO IV.	MATRIZ DE RISCOS;
ANEXO V.	DESENHO DE EMPILHAMENTO.

Brasília, 8 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
 SILVIA MARIA LEITE BARBOSA DE MORAIS
Data: 09/05/2024 14:08:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Silvia Maria Leite Barbosa de Moraes
Gerencia Técnica de Engenharia Civil – GEENG
CBTU/AC

Documento assinado digitalmente
 AMARILDO WAGNER DE CARVALHO FONSECA DORIA
Data: 09/05/2024 14:01:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amarildo Wagner de Carvalho Fonseca Doria
Gerencia Técnica de Engenharia Civil – GEENG
CBTU/AC



ANEXO I DO TR – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de DORMENTES MONOBLOCOS DE CONCRETO PROTENDIDO, conforme especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos. Incluindo a fabricação, carga, transporte internacional e nacional, processo de desembaraço alfandegário e internalização no Brasil se necessário e a descarga nos endereços de entregas.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:

PROPOSTA:

DESCRIÇÃO			
DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO PROTENDIDO			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ton)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
Dormente especial para obras d'arte em concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores, inclusive os de contratrilho internos, conforme especificação técnica.	2.394		
Dormente de concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores conforme especificação técnica.	57.833		

- 1) Esta proposta é válida por (_____) dias, a contar da data de sua apresentação.
OBS: as propostas com prazo inferior a 90 (noventa) dias serão desclassificadas.
- 2) Nos valores apresentados acima já estão inclusos todos os custos necessários decorrentes do fornecimento do objeto, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre objeto dessa licitação.
- 3) Declaramos estar em pleno acordo com todas as condições, obrigações e prazos constantes no Edital e seus Anexos.

BRASÍLIA - DF, ____ / ____ / 2024

Assinatura/carimbo do representante legal da empresa



ANEXO II DO TR – CRONOGRAMA FÍSICO DO FORNECIMENTO

ITEM	SERVIÇOS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10
1	DORMENTES PARA OAE's	10%	90%	---	---	---	---	---	---	---	---
2	DORMENTES PARA VIA CORRIDA	4%	8%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	12%	4%



ANEXO III DO TR

SICRO JANEIRO 24 - PERNAMBUCO		UN	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
3009004-ADAPT	Dormente de concreto monobloco protendido bitola larga para contratrilho - confecção	un	474,94	2.394	1.137.006,36
3009004	Dormente de concreto monobloco protendido bitola larga – confecção	un	412,96	57.833	23.882.715,68
TOTAL				60.227	25.019.722,04

SICRO – JANEIRO/24 - PERNAMBUCO

CGCIT

DNIT

SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO

Pernambuco

Custo Unitário de Referência

Janeiro/2024

Produção da equipe 72,00 un

3009004 Dormente de concreto monobloco protendido bitola larga - confecção

Valores em reais (R\$)

A - EQUIPAMENTOS	Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo Horário Total
		Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	
Custo horário total de equipamentos						
B - MÃO DE OBRA	Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total	
P9805 Armador	4,00000	h	29,5974		118,3896	
P9824 Servente	10,00000	h	21,5620		215,6200	
Custo horário total de mão de obra					334,0096	
Custo horário total de execução					334,0096	
Custo unitário de execução					4,6390	
Custo do FIC					-	
Custo do FIT					-	
C - MATERIAL	Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário	
M0009 Aço CP 175 RB	9,94560	kg	9,2552		92,0485	
M0560 Desmoldante para formas de madeira	0,02870	l	12,0846		0,3468	
M2001 Dispositivo de ancoragem de fixação elástica Pandrol	4,00000	un	15,4945		61,9780	
M0099 Equipamentos para a fábrica de dormentes de concreto protendido	0,01946	ISF	560,1390		10,9003	
M0007 Fibra de aço para concreto	7,80000	kg	13,7945		107,5971	
M0204 Instalações físicas para a central de pré-moldagem de dormentes de concreto protendido	0,00359	CMCC	1.666,8800		5,9841	
Custo unitário total de material					278,8548	
D - ATIVIDADES AUXILIARES	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário	
1107912 Concreto autoadensável com silicato de alumínio fck = 50 MPa - confecção em central dosadora de 30 m³/h - areia e brita comerciais	0,15600	m³	768,0100		119,8096	
1106088 Lançamento mecânico de concreto com bomba rebocável com capacidade de 30 m³/h - confecção em central dosadora de 30 m³/h	0,15600	m³	56,8500		8,8686	
Custo total de atividades auxiliares					128,6782	
Subtotal					412,1728	
E - TEMPO FIXO	Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
M0009 Aço CP 175 RB - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00995	t	33,3600		0,3319
M2001 Dispositivo de ancoragem de fixação elástica Pandrol - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00600	t	33,3600		0,2002
M0007 Fibra de aço para concreto - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00780	t	33,3600		0,2602
Custo unitário total de tempo fixo					0,7923	
F - MOMENTO DE TRANSPORTE	Quantidade	Unidade	DMT			Custo Unitário
			LN	RP	P	
M0009 Aço CP 175 RB - Caminhão carroceria 15 t	0,00995	tkm	5914449	5914464	5914479	
M2001 Dispositivo de ancoragem de fixação elástica Pandrol - Caminhão carroceria 15 t	0,00600	tkm	5914449	5914464	5914479	
M0007 Fibra de aço para concreto - Caminhão carroceria 15 t	0,00780	tkm	5914449	5914464	5914479	
Custo unitário total de transporte						
Custo unitário direto total						412,96

Obs:



SICRO ADAPTADO PARA DORMENTES DE OAE - JANEIRO 24 – PERNAMBUCO

CGCIT						DNIT	
SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Pernambuco			
Custo Unitário de Referência				Janeiro/2024		Produção da equipe	
3009004				Dormente de concreto monobloco protendido bitola larga - confecção - Aapt para Contratrilho		Valores em reais (R\$)	
A - EQUIPAMENTOS		Quantidade	Utilização		Custo Horário	Custo	
			Operativa	Improdutiva	Produtivo	Improdutivo	Horário Total
					Custo horário total de equipamentos		
B - MÃO DE OBRA		Quantidade	Unidade	Custo Horário		Custo Horário Total	
P9805	Armador	4,00000	h	29,5974			118,3896
P9824	Servente	10,00000	h	21,5620			215,6200
		Custo horário total de mão de obra					334,0096
		Custo horário total de execução					334,0096
		Custo unitário de execução					4,6390
						Custo do FIC	-
						Custo do FIT	-
C - MATERIAL		Quantidade	Unidade	Preço Unitário		Custo Unitário	
M0009	Aço CP 175 RB	9.94560	kg	9,2552			92,0485
M0560	Desmoldante para fôrmas de madeira	0,02870	l	12,0846			0,3468
M2001	Dispositivo de ancoragem de fixação elástica Pandrol	8,00000	un	15,4945			123,9560
M0099	Equipamentos para a fábrica de dormentes de concreto protendido	0,01946	ISF	560,1390			10,9003
M0007	Fibra de aço para concreto	7.80000	kg	13,7945			107,5971
M0204	Instalações físicas para a central de pré-moldagem de dormentes de concreto protendido	0,00359	CMCC	1.666,8800			5,9841
		Custo unitário total de material					340,8328
D - ATIVIDADES AUXILIARES		Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário	
1107912	Concreto autoadensável com silicato de alumínio fck = 50 MPa - confecção em central dosadora de 30 m³/h - areia e brita comerciais	0,15600	m³	768,0100			119,8096
1106088	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebocável com capacidade de 30 m³/h - confecção em central dosadora de 30 m³/h	0,15600	m³	56,8500			8,8686
		Custo total de atividades auxiliares					128,6782
		Subtotal					474,1500
E - TEMPO FIXO		Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário
M0009	Aço CP 175 RB - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00995	t	33,3600		0,3319
M2001	Dispositivo de ancoragem de fixação elástica Pandrol - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00600	t	33,3600		0,2002
M0007	Fibra de aço para concreto - Caminhão carroceria 15 t	5914655	0,00780	t	33,3600		0,2602
		Custo unitário total de tempo fixo					0,7923
F - MOMENTO DE TRANSPORTE		Quantidade	Unidade	DMT			Custo Unitário
				LN	RP	P	
M0009	Aço CP 175 RB - Caminhão carroceria 15 t	0,00995	tkm	5914449	5914464	5914479	
M2001	Dispositivo de ancoragem de fixação elástica Pandrol - Caminhão carroceria 15 t	0,00600	tkm	5914449	5914464	5914479	
M0007	Fibra de aço para concreto - Caminhão carroceria 15 t	0,00780	tkm	5914449	5914464	5914479	
		Custo unitário total de transporte					
		Custo unitário direto total					474,94



ANEXO IV – MATRIZ DE RISCOS

MATRIZ DE RISCOS				
RISCOS SUPORTADOS PELA CBTU				
Causa	Risco	Consequência	Probabilidade	Medida Preventiva
Força maior ou caso fortuito	Eventos não seguráveis Caracterizados como força maior ou caso fortuito	Prejuízos e custos não previstos	Baixa	Nenhuma
Alteração dos requisitos	Mudanças de especificações não prevista do Projeto	Atraso na data de conclusão	Baixa	Revisão do projeto básico antes da licitação
Falta de Recurso previsto no desembolso do contrato	Disponibilidade de Recursos Financeiros incompatíveis com a previsão de desembolso	Paralisação da entrega do material pela CONTRATADA	Baixa	Utilização de recursos aprovados
Restrições em decorrência de interferências com a operacionalidade do sistema	Implicações na jornada de trabalho programada	Atrasos nas etapas da entrega;	Média	Programação previa de atividades
Mudanças na legislação tributária	Mudanças tributárias	Alteração no preço dos materiais	Baixa	Nenhuma
Direitos do trabalhador da CBTU	Greves	Paralisação ou atraso das entregas	Média	Nenhuma
Segurança inadequada (SST) no local de armazenamento	Ocorrência de acidentes de trabalho com os empregados da CONTRATADA	Atrasos de serviços e Indenizações. Embargos	Baixa	Fiscalização e paralização se necessário
Inconsistências nos documentos (especificação técnica, detalhamento, quantidade, custo) e no planejamento da compra	Apontamentos, pela CONTRATADA, durante a execução do empreendimento, de inconsistências nos documentos disponibilizados na fase de Licitação	Custos adicionais e/ou Atraso da entrega dos materiais	Baixa	Revisão do projeto básico antes da licitação

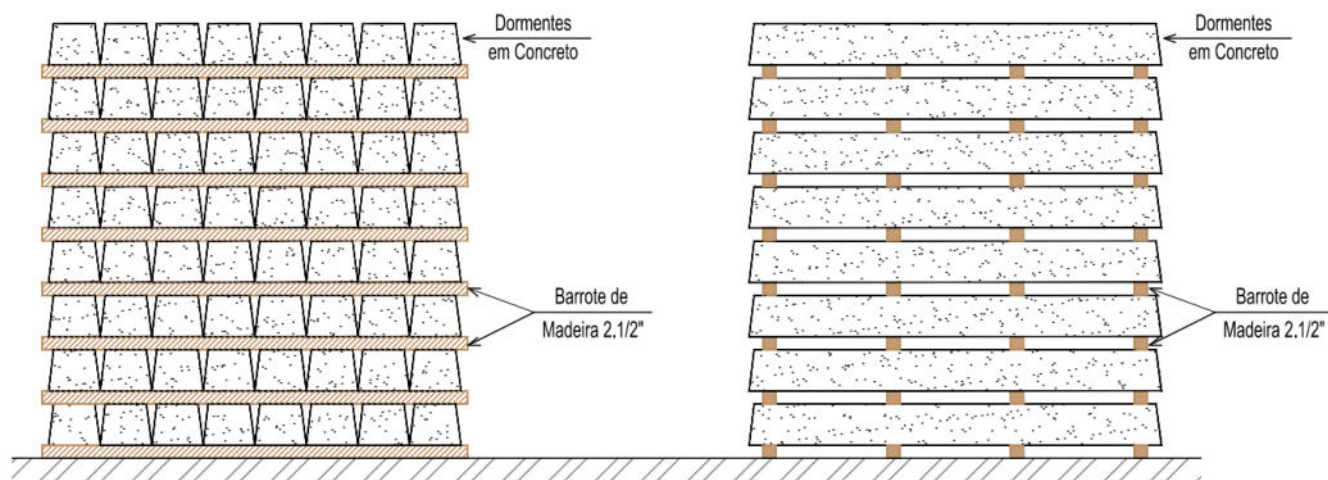


RISCOS SUPORTADOS PELA CONTRATADA				
Causa	Risco	Consequência	Probabilidade	Medida Preventiva
Falta de Qualidade Técnica na execução do serviço de entrega	Os serviços executados não atenderem às especificações do Contrato	Serviços não conforme; retrabalho de serviços; atraso nas etapas da entrega	Média	Exigências de experiência da CONTRATADA; exigência no cumprimento das Normas Técnicas
Ausência de Controle da qualidade dos insumos;	Plano de aquisição deficitário; Armazenamento inadequado.	Atrasos nas etapas das entregas; Refazimento de etapas;	Baixa	Exigências de experiência da CONTRATADA; exigência no cumprimento das Normas Técnicas
Reação Álcali Agregados (RAA) e Formação de Etringita Tardia	Risco de fissuração e consequente perda de resistência	Redução da vida útil	Média	Cumprir exigências descritas na NBR 15577-1 / 15577-2 / 15577-3 /, 15577-4 / 15577-5 / 15577-6 / 15577-7:2018, Guia LCPC e LNEC
Não atendimento à produtividade prevista pelo contrato	Performance da empresa CONTRATADA não corresponder às expectativas das especificações do material	Refazimento dos serviços previstos; Atrasos nas etapas da entrega	Baixa	Exigências de experiência da CONTRATADA
Falta de uso de equipamentos de proteção individual e coletivo	Paralisação do serviço de entrega pelos órgãos de controle (Fiscalização, SST, MTE, etc.)	Atraso na conclusão do serviço de entrega	Baixa	Exigências de experiência da CONTRATADA
Problemas de Fluxo de caixa	Problemas de liquidez financeira da CONTRATADA	Paralisação da entrega pela CONTRATADA; Atrasos na execução	Baixa	Exigências de comprovações contábeis, conforme Edital
Direitos do trabalhador da CONTRATADA	Greves	Paralisação ou atraso das entregas	Baixa	Nenhuma
Planejamento logístico falho quanto ao cumprimento do prazo da entrega	Atraso nos Serviços de entrega insumos	Atraso da entrega	Média	Exigências de experiência da CONTRATADA

ANEXO V - DESENHO DE EMPILHAMENTO

ELEVAÇÃO

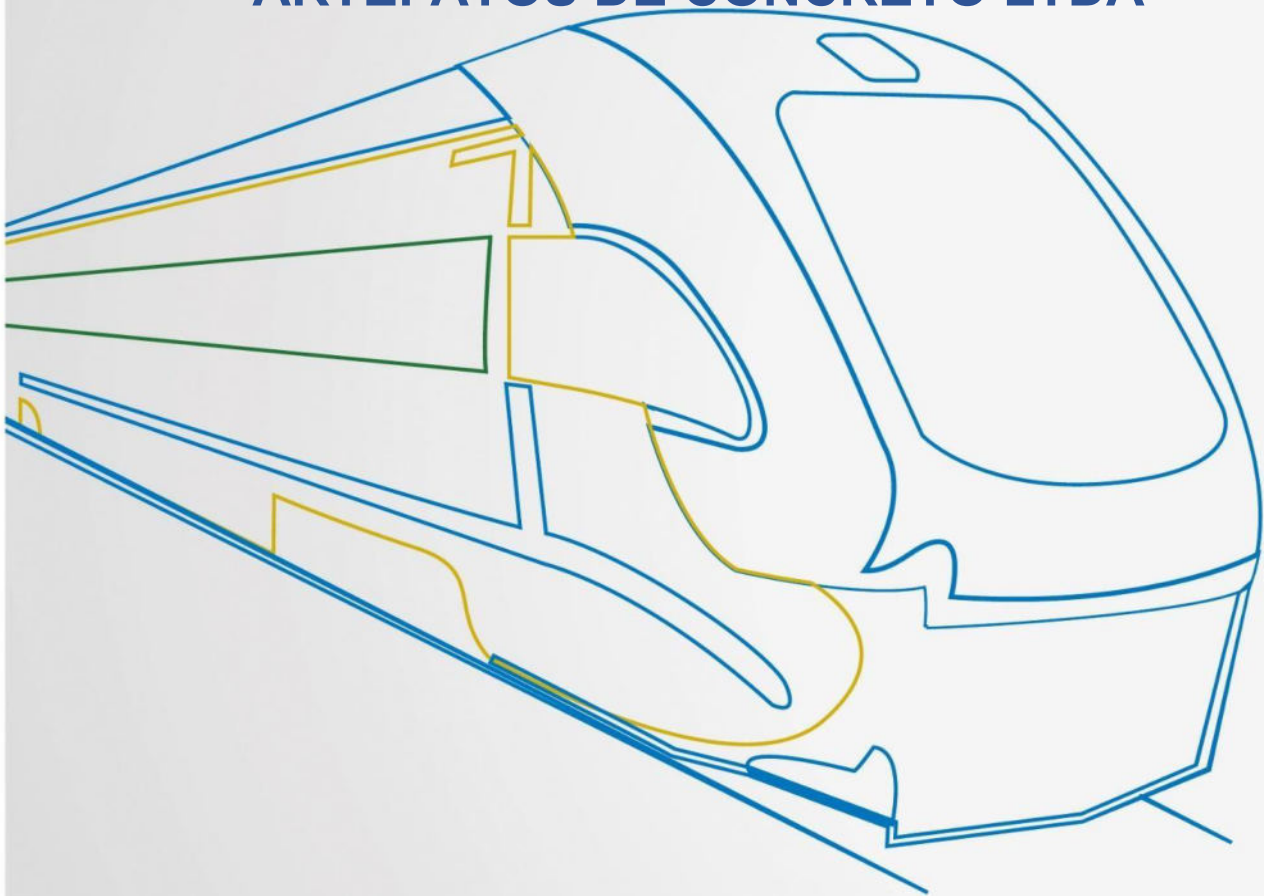
Cada coluna terá 08 níveis c/ 08 dormentes



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 001-2024/GALIC/AC/CBTU**

**PE SRP Nº 01-2024/GALIC/AC/CBTU
CBTU**

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS
&
EMPAC DO NORDESTE
ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA**





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 001-2024/GALIC/AC/CBTU

SRP-PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2024-GALIC-AC/CBTU

Processo / Prot. Eletrônico.

Validade da Ata: 12 (doze) meses.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério das Cidades, por seus representantes, Diretor-Presidente **Sr. José Marques de Lima** e pela **Diretora Técnica, Sra. Adriana Fonseca Lins**, em face da adjudicação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP - PE nº 01/2024 - GALIC/CBTU-AC, homologado pela autoridade competente em 15/07/2024 e publicado no Diário Oficial da União em 17 de julho p.p., resolve **REGISTRAR** preços para aquisição de 60.227 unidade de Dormentes Monobloco de concreto para trilhos TR-57, conforme consta na Ata de Julgamento do Sistema *COMPRASNET* e na proposta de preços da empresa vencedora, tendo sido classificada para atender ao objeto definido no EDITAL de SRP- Pregão Eletrônico, a empresa EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.002.612/0001-62, com sede à RODOVIA BR 232, KM 190, QUADRA A, LOTE 1, S/N, BLOCO 1, na cidade, BELO JARDIM, representada, neste ato pelo Sr. Giuseppe Marcelino Gori Júnior, (Diretor), tendo ofertado os seguintes preços e quantidades, adiante registrados:

DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO PROTENDIDO					
Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário R\$	Preço total do item R\$	Valor global da ATA R\$
ITEM 1	Dormente especial para obras d'arte em concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores, inclusive os de contratrilho internos, conforme especificação técnica.	2394	474,4651	1.135.869,4494	24.994.705,88
ITEM 2	Dormente de Concreto protendido para trilhos TR-57, bitola larga, incluindo chumbadores conforme especificação técnica.	57833	412,5471	23.858.836.4343	





CBTU – COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

OBSERVAÇÕES

- Valor total da Ata de Registro de Preços: **R\$ 24.994.705,88** (Vinte e quatro milhões e novecentos e noventa e quatro mil e setecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos).
- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- Prazo de entrega dos serviços: de acordo com o cronograma de execução do TR - Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- Dados bancários: informar no momento da celebração do contrato (banco, agência e conta- corrente);
- Integram esta Ata, independentemente de transcrição: (i) o Edital do PE SRP nº 001-2024/GALIC/AC/CBTU e seus anexos; e (ii) a proposta da empresa Registrada;
- Declaramos que os fornecimentos ocorrerão em conformidade com o estabelecido no Termode Referência;
- Também declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus ANEXOS;
- **Conforme item 18.1 do Edital, não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços;**
- Esta Ata será assinada de **forma eletrônica**, sendo certo que a via assinada eletronicamente constitui documento original e comprova que as partes manifestam, nesta data, inequívoca intenção de firmar o conteúdo deste instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firma-se a presente, exclusivamente, em meio eletrônico

Brasília, [na data da última assinatura eletrônica dos representantes legais].

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU	
 José Marques de Lima Diretor-Presidente	 Adriana Fonseca Lins Diretora Técnica
EMPAC DO NORDESTE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	
 Giuseppe Marcelino Gori Júnior Diretor	